

A DIMENSÃO DA DEFICIÊNCIA E O OLHAR A RESPEITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DOS RECENSEAMENTOS NO BRASIL

THE DISABILITY DIMENSION AND VIEW OF PEOPLE WITH DISABILITIES FROM THE CENSUSES IN BRAZIL

José Roberto Herrera CANTORANI¹
Leandro Martinez VARGAS²
Paulo Eduardo REDKVA³
Luiz Alberto PILATTI⁴
Gustavo Luis GUTIERREZ⁵

RESUMO: o olhar a respeito das pessoas com deficiência tem se alterado ao longo dos anos. O mesmo tem ocorrido com os números e percepções que retratam a dimensão da deficiência. O objetivo deste estudo é identificar essas mudanças a partir dos instrumentos de levantamento populacional. Para isso, acompanhou-se a evolução da abordagem dada à deficiência, tanto em relação ao foco, quanto à base conceitual dos referidos instrumentos. Para esta análise foram estudados os Recenseamentos realizados no período de 1872 à 2010, e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios realizadas entre 1981 e 2003. Verificou-se que as mudanças operacionalizadas nos recenseamentos acompanharam a evolução conceitual da deficiência. Essa mudança de olhar também acabou mostrando que o universo das deficiências é bem mais amplo que anteriormente se enxergava. E mostra também que a sociedade é responsável, ao não se adequar às desigualdades, pela criação social da deficiência, em torno de 45.606.048 milhões de pessoas, o que corresponde a 23,9% da população brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Processo de Integração Social. Documentos Oficiais. Realidade Social.

ABSTRACT: Views about people with disabilities have changed over the years. The same has occurred with the numbers and perceptions that portray the disability dimension. The aim of this study is to identify these changes using population survey instruments. To this end, we followed how the ways disability of approaching have changed over time, regarding focus, as the conceptual basis of these instruments. For this analysis the censuses during the period from 1872 to 2010 and the National Household Sample Surveys conducted between 1981 and 2003 were studied. It was found that changes in censuses followed the conceptual evolution of disability. This change of view also shows that the universe of disability is much broader than previously conceived. The results also show that society, by not considering inequalities, is responsible, for the social creation disability, encompassing approximately 45.606.048 million people, which accounts for 23.9% of the population.

KEYWORDS: Special education. Social Integration Process. Official Documents. Social Reality.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre deficiência tem ocupado um espaço cada vez mais privilegiado no cenário internacional e brasileiro, tanto no palco das investigações científicas como no das políticas públicas. Em decorrência desta atenção ao tema “deficiência” é verificado avanços

¹ Doutorando pela Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Área de Concentração: Atividade Física Adaptada. Coordenador do Curso de Educação Física das Faculdades Integradas de Itararé. Itararé, SP, Brasil. cantorani@yahoo.com.br

² Doutorando pela Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Área de Concentração: Atividade Física Adaptada. Professor do Curso de Educação Física das Faculdades Integradas de Itararé. Itararé, SP, Brasil. leandro.vargas@uol.com.br

³ Mestre pela Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Educação Física. Professor do Curso de Educação Física das Faculdades Integradas de Itararé. Itararé, SP, Brasil. pauloredkva@hotmail.com

⁴ Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. luiz.pilatti@terra.com.br

⁵ Professor Titular. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP, Brasil. glgutierrez@terra.com.br

conceituais, de trato metodológico e prático a respeito do referido objeto. Este avanço pode, inclusive, ser verificado nos recenseamentos realizados no Brasil

Os primeiros levantamentos a respeito da população com deficiência no Brasil foram realizados ainda remotamente. As pesquisas nacionais que se ocuparam com levantamentos acerca das pessoas com deficiência foram os Recenseamentos de 1872, último Censo realizado na monarquia, 1900, 1920, 1940, 1991, 2000 e 2010 e também a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 1981, 1998 e 2003.

No ano de 1890 foi realizado um Censo em que foi abordado o conteúdo das deficiências. Contudo, os dados a respeito deste conteúdo não foram publicados em nível nacional. Menção a este respeito é encontrada no Censo de 1920 (BRASIL, 1928). No entanto, há referência de publicação destes dados apenas para algumas capitais, como no caso do distrito Federal do Brasil, na época o Rio de Janeiro. Números relativos a estes dados podem ser encontrados no Recenseamento de 1920, em publicação específica do Rio de Janeiro (BRASIL, 1923).

Olhar para estes levantamentos permite enxergar a evolução dos números representativos das pessoas com deficiência no Brasil. E permite também identificar mudanças de olhar e de atenção em relação a este grupo de pessoas. Essa identificação de mudanças é verificada nas estimativas oficiais e também na evolução dos instrumentos de coleta.

2 MODELO SOCIAL DAS DEFICIÊNCIAS

É importante para este estudo o destaque inicial ao modelo social das deficiências. O modelo social da deficiência estabelece-se na extensa discussão sobre políticas de bem-estar e de justiça social, para a qual a explicação médica para a desigualdade verificada nas pessoas com deficiência não é mais considerada suficiente.

Conforme interpretam Medeiros e Diniz (2004), em análise ao modelo social da deficiência, seria possível uma pessoa ter lesões (limitações) e não experimentar a deficiência, fato que dependeria de como/quanto a sociedade estaria ajustada para incorporar a diversidade. Desta forma, não poder caminhar é a expressão da imparidade; a deficiência consiste na inacessibilidade – encontrada na estrutura social – imposta às pessoas que não enxergam e que usam cadeira de rodas (MORRIS, 2001; MEDEIROS; DINIZ, 2004).

O resultado dessa revisão é a separação, ou, melhor dizendo, o entendimento da diferença semântica dos termos imparidade e deficiência e a depuração dos respectivos conceitos: o primeiro é posto como objeto de discussão na ordem da saúde, enquanto o segundo se constitui a partir da ordem dos direitos e da justiça social. Essa evolução conceitual, de apreciação semântica e de diferenciação é fruto da participação efetiva, e cada vez maior, das pessoas com deficiência nas discussões e tomadas de decisão daquilo que lhes diz respeito diretamente.

Não é porque estão fisicamente deficientes que são rejeitados pela sociedade, mas pela forma como as relações sociais são organizadas. A deficiência não é algo que se possui, mas que é efetivada a partir da forma como a estrutura social é organizada.

A apresentação dos dados que seguem visa a verificação da incorporação desta evolução conceitual aos instrumentos de pesquisa a respeito da deficiência e verificar a relação do número de pessoas com deficiência frente a esta evolução conceitual.

3 OS RECENSEAMENTOS NO BRASIL E A ABORDAGEM ÀS DEFICIÊNCIAS

Nos Recenseamentos Gerais de 1872, de 1900 e de 1920 levantou-se apenas o universo das pessoas com deficiência sensorial: os cegos e os chamados, à época, surdos-mudos (BRASIL, 1928). Os números referentes a estas condições de deficiência estão apresentados na Tabela 1. Nesta tabela, os números se referem à quantidade de homens cegos ou surdos-mudos para cada 10.000 habitantes e também de mulheres cegas ou surdas-mudas para cada 10.000 habitantes.

Tabela 1 – Incidência de deficiência em número absoluto por 10.000 habitantes entre homens e mulheres.

Anos	Cegos			Surdos-Mudos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1872	9,469	6,379	15,848	7,157	4,438	11,595
1900	10,250	8,563	18,813	4,224	3,137	7,361
1920	16,113	13,761	29,874	14,525	11,689	26,214

Fonte: IBGE (1920).

A esta época, ainda não havia nenhum tipo de sensibilidade em relação às deficiências e às pessoas com deficiência. Buscava-se com o Censo levantar o número de pessoas com “defeitos físicos”. Mas, importava naquele momento apenas os “defeitos” da visão e da audição.

No Censo Demográfico de 1940 o levantamento das deficiências ainda se limitou às deficiências sensoriais: cegos e surdos-mudos. No entanto, houve uma novidade em relação a esta investigação. O levantamento dos dados a respeito dos cegos foi acrescido da investigação da natureza dessas deficiências sensoriais.

A partir desta inovação foi possível verificar, conforme a Tabela 2, que das 60.701 pessoas que estavam em condição de cegueira, 64,5% foram acometidas dessa deficiência em razão de doenças adquiridas ao longo da vida, enquanto que em 21% o acometimento se deu em razão de acidente e em 10,4% por nascença. O Censo ainda levantou que 36.674 pessoas se encontravam na condição de surdos-mudos (IBGE, 1950).

Tabela 2 – Cegos e surdos-mudos, por sexo, com discriminação, para os cegos, da origem da deficiência.

	Cegos			Surdos-mudos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Totais	60.701	31.281	29.420	36.674	19.442	17.232
De Nascença		3.461	2.856			
Por doença		18.977	20.207			
Por acidente		7.657	5.060			
Não declarada		1.069	1.195			

Fonte: IBGE (1940).

No que diz respeito à sensibilidade em relação às deficiências e às pessoas com deficiência não é possível dizer que houve mudança de fato. Contudo, um avanço se pronunciou, ainda que não se possa dizer que no sentido da sensibilidade. Este instrumento, além de levantar o número de pessoas com os “defeitos” da visão e da audição, buscou-se também verificar a causa.

Depois de 1940, nenhum outro Censo Demográfico abordou em seus levantamentos dados a respeito das pessoas com deficiência. Este levantamento somente apareceu novamente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1981, a qual conferiu um avanço em relação ao Censo Demográfico de 1940. Neste levantamento, o universo das deficiências estabelecido para a pesquisa foi ampliado. A abrangência da pesquisa acerca das deficiências ficou assim estabelecida: cegueira, surdez, surdo-mudez, retardamento mental, falta de membro, paralisia total, paralisia de um dos lados do corpo, outro tipo de deficiência, mais de um tipo de deficiência. Contudo, a natureza das deficiências não foi levantada, como ocorreu no Censo de 1940. A PNAD de 1981 apurou que 1,7% da população brasileira era constituída de pessoas com deficiência (NERI et al., 2003). A distribuição pode ser acompanhada no Gráfico 1, abaixo:

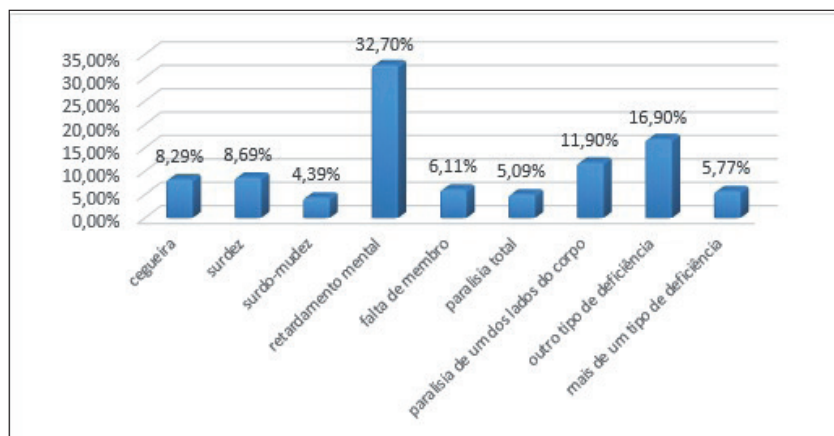


Gráfico 1 – Distribuição das deficiências em 1981 a partir do PNAD.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 1981/IBGE (NERI et al., 2003).

Este instrumento ampliou o olhar a respeito das deficiências. Apesar de não ser ainda um olhar mais amplo, que foque os graus das limitações, já se estabelece um levantamento de todas as deficiências graves.

No Censo Demográfico de 1991 foi retomada, novamente em um Censo, a investigação mais direta e objetiva a respeito das pessoas com deficiência. Este retorno em 1991 se deu em razão da promulgação da Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que prevê a obrigatoriedade de se incluir nos censos nacionais questões específicas para as pessoas com deficiência (IBGE, 2004). O levantamento das deficiências foi realizado de forma semelhante ao que ocorreu na PNAD de 1981. A pesquisa para esta área, no Censo de 1991, levantou informações apenas das deficiências mais graves: cegueira, surdez, deficiência mental, falta de membro (s) ou parte dele, paralisia total, paralisia de um dos lados do corpo, paralisia nas pernas, mais de um tipo de deficiência – apenas no Censo de 2000 há um avanço significativo em relação à pesquisa para esta área. O Censo levantou que em 1991 o Brasil possuía aproximadamente 1,7

milhão de pessoas com deficiência, o que correspondia à 1,15% da população (IBGE, 1992; CHAGAS; VIOTTI, 2003). O número se mostrou inferior à 1981. A distribuição das deficiências pode ser acompanhada no Gráfico 2.

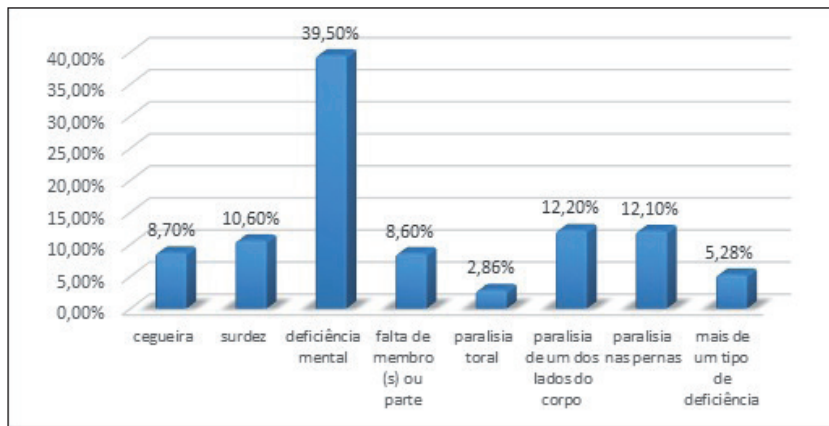


Gráfico 2 – Distribuição das deficiências em 1991 a partir do Censo

Fonte: IBGE (1991).

Não houve nenhum avanço do Censo de 1991 em relação ao PNAD de 1981. O levantamento seguiu os parâmetros estabelecidos pela PNAD.

Para as PNADs de 1998 e 2003 foi elaborado um suplemento especial de saúde que abordou pontos referentes à capacidade funcional das pessoas para atividades físicas do dia-a-dia. Não é dada uma atenção às deficiências em sua forma estabelecida, mas, de forma indireta, é justificada uma aproximação para a identificação de pessoas com deficiência física, por meio da mobilidade e da restrição às atividades rotineiras por motivo de saúde (IBGE, 2000, 2005).

O Suplemento Saúde da PNAD 2003 apresenta uma relação entre os dados obtidos em 1998 e 2003 para a proporção de pessoas que manifestaram restrição às atividades rotineiras por motivo de saúde nas duas semanas anteriores à entrevista, com visualização no Gráfico 3. É avaliado ainda o nível de limitação para as atividades. Esta avaliação foi realizada por meio de um questionário que consiste em uma escala de limitação para as atividades diárias, composta por sete itens, apresentados no Quadro 1.

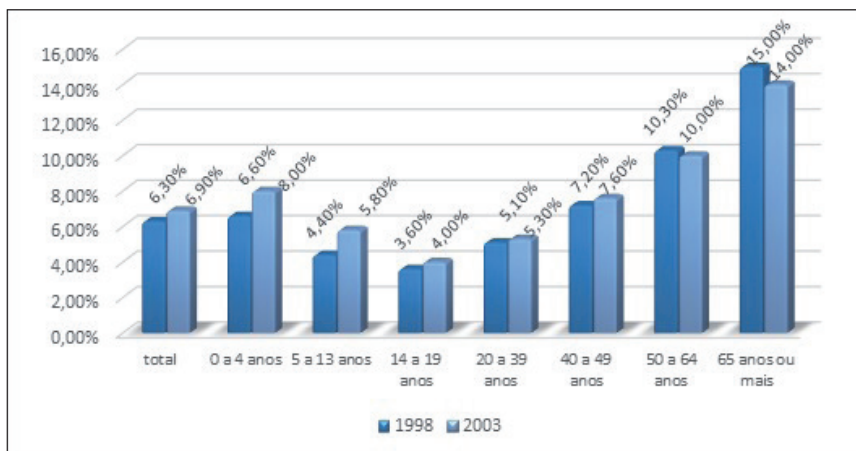


Gráfico 3 – Proporção de pessoas com restrição à atividades rotineiras por motivo de saúde/ PNAD 1998 e 2003.

Fonte: IBGE (1998, 2003).

A investigação da prevalência de limitação para as atividades foi direcionada à população com idade igual ou superior a 14 anos. Para cada um dos sete itens destinados a representar as atividades diárias da vida das pessoas foi mensurado o grau de limitação para a realização das mesmas a partir de uma escala ordinal com quatro níveis, variando da ausência de qualquer tipo de limitação até a total impossibilidade para a realização, conforme apresentado no quadro abaixo.

Componente da avaliação da limitação das atividades	Grau de limitação
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para alimentar-se, tomar banho ou ir ao banheiro?	Não tem dificuldade Tem pequena dificuldade Tem grande dificuldade Não consegue
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para correr, levantar objetos pesados, praticar esportes ou realizar trabalhos pesados?	Não tem dificuldade Tem pequena dificuldade Tem grande dificuldade Não consegue
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para empurrar mesa ou realizar consertos domésticos?	Não tem dificuldade Tem pequena dificuldade Tem grande dificuldade Não consegue
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para subir ladeira ou escada?	Não tem dificuldade Tem pequena dificuldade Tem grande dificuldade Não consegue

Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para abaixar-se, ajoelhar-se ou curvar-se?	Não tem dificuldade Tem pequena dificuldade Tem grande dificuldade Não consegue
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para andar mais do que um quilômetro?	Não tem dificuldade Tem pequena dificuldade Tem grande dificuldade Não consegue
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para andar cerca de 100 metros?	Não tem dificuldade Tem pequena dificuldade Tem grande dificuldade Não consegue

QUADRO 1 – Componentes da avaliação da limitação das atividades (características de mobilidade física das pessoas de 14 anos ou mais), PNAD, Suplemento Saúde 1998 e 2003.

Fonte: IBGE (1998, 2003).

Em análise à PNAD 2003 é verificado que 21% dos respondentes relataram alguma dificuldade para correr, levantar objetos pesados, praticar esportes ou realizar trabalhos pesados, e que 3,5% informaram não conseguir realizar tais atividades. Entre as atividades avaliadas, esta foi a mais comprometida. Também é possível verificar que 14,4% e 13,7% da população, aproximadamente, relataram, respectivamente, alguma limitação para subir ladeira ou escada e para abaixar-se, ajoelhar-se e curvar-se (Tabela 3).

Aproximadamente um quarto da população investigada relatou algum grau de limitação para a realização das atividades investigadas. Em torno de 15% e 5% dos entrevistados relataram ter grande dificuldade para realizar ao menos uma das atividades investigadas e não conseguir realizá-las, respectivamente. Para todas as atividades verificadas a prevalência de limitação para as mesmas aumentou com a idade. Para a população compreendida entre os 40 e 59 anos, as prevalências de graus moderados a intensos de limitação foram cerca de três a cinco vezes mais altas do que entre os jovens e adultos jovens, representados pela faixa dos 14 aos 39 anos. Na faixa dos 60 anos e mais, as prevalências de graus moderados a intensos de limitação se mostraram em torno de 15 a 20 vezes mais elevadas do que as observadas na faixa dos 14 aos 39 anos (Tabela 3).

Estes dados permitem certas ponderações, sobretudo no que diz respeito à probabilidade de acometimento de deficiências com o advir da idade. Não obstante, elucidam ainda o grande número de pessoas com algum grau de dificuldade para a mobilidade e também revelam uma mudança na atenção a este contexto.

Tabela 3 – Proporção de brasileiros com 14 anos ou mais com grau de limitação para as atividades investigadas.

	Grau de limitação	14 a 39 anos	%	40 a 59 anos	%	60 anos e mais	%	Total	%
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para alimentar-se, tomar banho ou ir ao banheiro?	Não tem dificuldade	168.390	98,8	77.230	96,5	32.014	86,5	277.634	96,6
	Tem pequena dificuldade	1.331	0,8	1.895	2,4	2.618	7,1	5.844	2,0
	Tem grande dificuldade	486	0,3	687	0,9	1.485	4,0	2.658	0,9
	Não consegue	278	0,2	185	0,2	874	2,4	1.337	0,5
	Total	170.485	100	79.997	100	36.991	100	287.473	100
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para correr, levantar objetos pesados, praticar esportes ou realizar trabalhos pesados?	Não tem dificuldade	154.991	91,3	56.781	71,8	12.958	37,4	224.730	79,3
	Tem pequena dificuldade	8.958	5,3	11.039	14,0	7.751	22,4	27.748	9,8
	Tem grande dificuldade	4.399	2,6	8.107	10,2	8.691	25,1	21.197	5
	Não consegue	1.374	0,8	3.198	4,0	5.232	15,1	9.804	3,5
	Total	169.722	100	79.125	100	34.632	100	283.479	100
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para empurrar mesa ou realizar consertos domésticos?	Não tem dificuldade	164.605	97,0	69.347	87,6	21.620	62,4	255.572	90,2
	Tem pequena dificuldade	3.517	2,1	6.238	7,9	7.410	21,4	17.165	6,1
	Tem grande dificuldade	1.169	0,7	2.704	3,4	3.883	11,2	7.756	2,7
	Não consegue	431	0,3	837	1,1	1.719	5,0	2.987	1,1
	Total	169.722	100	79.126	100	34.632	100	283.480	100
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para subir ladeira ou escada?	Não tem dificuldade	161.795	95,3	63.717	80,5	16.933	48,9	242.445	85,5
	Tem pequena dificuldade	5.395	3,2	9.004	11,4	8.357	24,1	22.756	8,0
	Tem grande dificuldade	2.115	1,2	5.331	6,7	7.067	20,4	14.513	5,1
	Não consegue	416	0,2	1.074	1,4	2.276	6,6	3.766	1,3
	Total	169.721	100	79.126	100	34.633	100	283.480	100
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para abaixar-se, ajoelhar-se ou curvar-se?	Não tem dificuldade	162.364	95,7	64.179	81,1	18.079	52,2	244.622	86,3
	Tem pequena dificuldade	5.292	3,1	8.992	11,4	8.373	24,2	22.657	8,0
	Tem grande dificuldade	1.746	1,0	4.988	6,3	6.367	18,4	13.101	4,6
	Não consegue	320	0,2	967	1,2	1.813	5,2	3.100	1,1
	Total	169.722	100	79.126	100	34.632	100	283.480	100

Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para andar mais do que um quilômetro?	Não tem dificuldade	163.692	96,4	68.043	86,0	20.714	59,8	252.449	89,1
	Tem pequena dificuldade	4.013	2,4	6.374	8,1	6.349	18,3	16.736	5,9
	Tem grande dificuldade	1.626	1,0	3.678	4,6	5.321	15,4	10.625	3,7
	Não consegue	390	0,2	1.031	1,3	2.248	6,5	3.669	1,3
	Total	169.721	100	79.126	100	34.632	100	283.479	100
Normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para andar cerca de 100 metros?	Não tem dificuldade	168.165	99,1	75.716	95,7	28.616	82,6	272.497	96,1
	Tem pequena dificuldade	1.166	0,7	2.467	3,1	3.867	11,2	7.500	2,6
	Tem grande dificuldade	295	0,2	789	1,0	1.711	4,9	2.795	1,0
	Não consegue	95	1,0	154	0,2	438	1,3	687	0,2
	Total	169.721	100	79.126	100	34.632	100	283.479	100

Fonte: IBGE (1998, 2003).

Embora não haja um direcionamento específico às deficiências graves, estabelecidas, as PNADs de 1998 e 2003 conferem um avanço ao contexto das pesquisas sobre as deficiências. É factível a verificação de que há uma preocupação com a condição da mobilidade e de realização de tarefas da vida cotidiana. Estes instrumentos conferem sensibilidade para com as dificuldades – que podem ser compreendidas como graus de deficiências – vivenciadas pelas pessoas na realização de tais tarefas.

No Censo Demográfico de 2000 a investigação sobre as deficiências foi implementada de forma mais abrangente, incorporando o conceito de limitação de atividades para identificar deficiências em relação à capacidade de realização, ao comportamento e participação social. O conceito de base passou a seguir as recomendações internacionais, especialmente a International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF, 2001), elaborada e difundida pela Organização Mundial da Saúde - OMS, a qual inclui diversos níveis de limitação para as atividades e permite distinguir os graus de deficiência para enxergar, ouvir e também para a mobilidade (IBGE, 2003, 2004).

A ampliação do conceito de base para a pesquisa das deficiências no Censo 2000 permitiu um aumento vultoso do número de pessoas que se declararam com alguma deficiência. Para uma população de 169.872.856 pessoas, 24.600.256 pessoas se declararam com algum tipo de deficiência, o que corresponde à 14,3% da população em 2000. A distribuição da população com deficiência, segundo o tipo da deficiência e grau de severidade, figura na Tabela 4.

A partir deste levantamento é possível verificar que o número total de deficiências é bastante aumentado quando se leva em consideração as dificuldades, e não apenas as incapacidades totais e estabelecidas. Com este novo encaminhamento, tanto o indicativo de “alguma dificuldade”, quanto o indicativo de “grande dificuldade”, seja para a condição de enxergar, de ouvir ou para a condição da mobilidade, passam a estabelecer uma visão mais clara da dimensão da deficiência. Apenas em referência à números totais, pode-se dizer que o Censo Demográfico 2000 multiplicou por 12 a declaração das pessoas em condição de deficiência, em relação ao

Censo de 1991. É factível o entendimento de que estes números totais não decorrem do aumento da incidência de deficiências, mas da mudança do conceito de sustentação dos instrumentos de coleta de informações e, conseqüentemente, dos próprios instrumentos.

Tabela 4 – População por tipo de deficiência segundo sexo.

Tipo de deficiência		Total	Homens	Mulheres
		24 600 256	11 420 544	13 179 712
Deficiência mental permanente		2 844 937	1 545 462	1 299 474
Deficiência física		1 416 060	861 196	554 864
Deficiência visual	Incapaz de enxergar	148 023	70 160	77 863
	Grande dificuldade permanente de enxergar	2 435 873	1 044 746	1 391 127
	Alguma dificuldade permanente de enxergar	14 060 946	6 144 168	7 916 778
Deficiência auditiva	Incapaz de ouvir	166 365	86 431	79 934
	Grande dificuldade permanente de ouvir	883 079	466 043	417 037
	Alguma dificuldade permanente de ouvir	4 685 655	2 465 745	2 219 910
Deficiência motora	Incapaz de caminhar ou subir escada	574 186	275 301	298 885
	Grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escada	1 772 690	739 219	1 033 471
	Alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escada	5 592 908	2 280 551	3 312 357
Nenhuma destas deficiências		143 726 947	71 391 433	72 335 514

Fonte: IBGE (2000).

Também é verificada no Censo Demográfico 2000 a proporção de pessoas com pelo menos uma deficiência ou incapacidade segundo os grupos de idade. Os dados apresentam um panorama em que para as crianças de zero a 14 anos de idade, é encontrada uma referência de 4,3% delas com pelo menos um tipo de incapacidade. Para as pessoas em idade ativa (15 a 64 anos) essa proporção passa para 15,6%. Já para as pessoas de 65 anos ou mais, mais da metade declararam ser portadoras de alguma deficiência ou incapacidade, conforme apresentado no Gráfico 4. O crescimento da proporção se verifica com o aumento da idade, o que se pressupõe uma conseqüência do aumento das limitações nas atividades decorrentes do envelhecimento (IBGE, 2003).

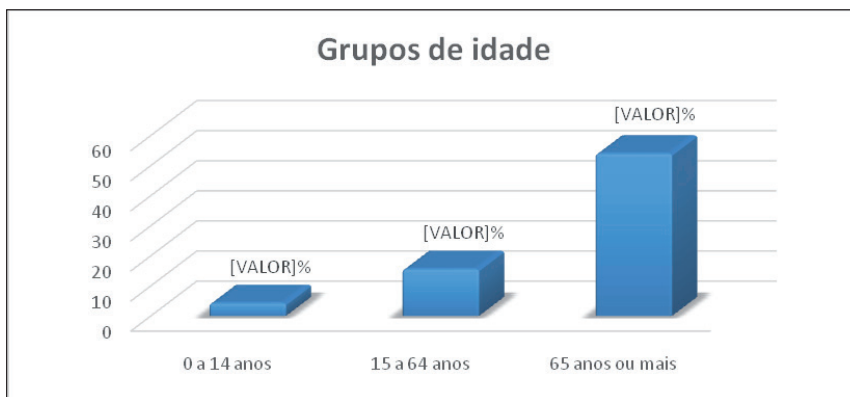


Gráfico 4 – Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo os grandes grupos de idade – Censo 2000.

Fonte: IBGE (2000).

Analisar esta proporção reforça alguns pressupostos de caráter conceitual sobre a deficiência. Sobretudo aqueles que direcionam o entendimento ao fato de que a deficiência é estabelecida na presença de algum grau de dificuldade para a realização de atividades da vida cotidiana. Por este prisma, o aumento da condição de deficiência está relacionado ao aumento da idade. É natural que, à medida que as pessoas envelheçam, aumente a proporção de pessoas com alguma deficiência para enxergar, ouvir e/ou se locomover. Este olhar desmistifica a deficiência, e põe a todos em rota de encontro com a mesma. A idade gera incapacidades e insere a pessoas à condição de deficiente.

O Censo de 2000 apresenta um avanço bastante significativo no levantamento de informações sobre as deficiências. Este Censo se constitui no primeiro instrumento em que se pode verificar uma sensibilidade constatável acerca das deficiências. A atenção para com os graus de dificuldade para enxergar, ouvir e se locomover proporcionam a condição de avaliar o nível de dificuldade para a realização das tarefas cotidianas da vida de todas as pessoas e, conseqüentemente, da real condição de deficiência.

O Censo Demográfico de 2010 não apenas mantém a extensão de sua investigação a respeito do tema pessoas com deficiência como também faz constar em sua fundamentação teórica as adequações e modificações ocorridas ao longo dos levantamentos censitários, em adequação conceitual ao tema. Os Censos Demográficos, conforme relatado no referencial teórico do Censo 2012, tem se adequado à evolução do conceito de deficiência, que vem se modificando, por sua vez, de forma a acompanhar a maneira como a sociedade se relaciona com a parcela da população que apresenta algum tipo de deficiência (IBGE, 2012).

Dessa forma, a investigação da deficiência no Censo Demográfico, assim como a abordagem da deficiência no contexto social, evoluiu do modelo médico – para o qual somente era considerada a patologia física e o sintoma a ela associado que, em conseqüência, dava origem a uma incapacidade – para o modelo biopsicosocial, adotado pela OMS e estruturado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (IBGE, 2012).

Com base nesta classificação, toda dificuldade ou limitação corporal, permanente ou temporária, é passível de ser classificada como deficiência.

Assumir este vínculo ao entendimento internacional a respeito do tema pessoas com deficiência, de forma documental, credita a este Censo um caráter de maior sensibilidade ao tema, em relação aos outros que o antecederam. Se o Censo de 2000 se constituiu no primeiro instrumento em que se pôde verificar uma sensibilidade constatável acerca das deficiências, o Censo de 2010 incorpora uma maior sensibilidade em relação também às pessoas com deficiência. A terminologia empregada também é alterada. Enquanto no Censo de 2000 o termo utilizado foi “pessoas portadoras de deficiência”, no Censo de 2010 o termo usado foi “pessoas com deficiência”, o que denota adequação ao consenso universal para referência ao tema, nos dias de hoje.

Essa adequação, assim como já ocorreu no Censo de 2000, em razão de promover um levantamento bastante amplo acerca das deficiências credita aos resultados do Censo Demográfico de 2010 um número bastante grande de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas. Os resultados apontaram 45.606.048 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9% da população brasileira, que era de 190.755.799 milhões de pessoas.

A distribuição da população com deficiência, segundo o tipo da deficiência e grau de severidade, e também detalhados em razão do sexo pode ser acompanhada na Tabela 5.

Tabela 5 – População residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010.

Sexo e grupos de idade		População residente						
		Total (1) (2)	Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	Tipo de deficiência				
				Visual			Auditiva	
Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade			
Total	190 755 799	45 606 048	506 377	6 056 533	29 211 482	344 206	1 798 967	7 574 145
0 a 4 anos	13 806 733	385 303	20 935	24 707	122 581	13 593	10 996	54 453
5 a 9 anos	14 967 767	1 147 368	21 407	97 719	670 799	16 494	31 976	184 925
10 a 14 anos	17 167 135	1 926 730	24 058	175 176	1 286 971	22 379	45 914	235 471
15 a 19 anos	16 986 788	2 017 529	24 457	195 493	1 357 295	24 836	44 564	219 824
15 a 17 anos	10 353 865	1 218 607	14 475	117 495	821 618	14 373	27 442	133 384
18 e 19 anos	6 632 922	798 921	9 981	77 998	535 677	10 463	17 122	86 439
20 a 24 anos	17 240 864	2 215 799	29 808	210 571	1 473 070	30 591	48 795	255 109
25 a 29 anos	17 102 917	2 376 938	35 860	232 451	1 540 445	31 146	53 492	288 966
30 a 34 anos	15 744 616	2 447 685	34 986	235 409	1 523 122	30 538	63 894	325 833
35 a 39 anos	13 888 191	2 590 841	32 346	258 624	1 604 547	26 753	70 325	362 784
40 a 44 anos	13 008 496	3 797 150	31 166	438 135	2 642 127	23 843	85 537	444 978
45 a 49 anos	11 834 647	4 763 491	31 233	617 095	3 481 074	18 724	97 630	529 426
50 a 54 anos	10 134 322	4 705 129	28 184	655 232	3 337 231	17 408	119 958	625 726
55 a 59 anos	8 284 433	4 170 185	28 068	605 386	2 819 567	15 520	130 589	668 086

60 a 64 anos	6 503 287	3 524 275	25 855	527 765	2 258 647	13 267	141 022	686 776
65 a 69 anos	4 852 789	2 894 694	24 058	458 022	1 748 246	11 925	147 136	678 305
70 a 74 anos	3 744 738	2 451 628	23 652	426 442	1 381 745	10 571	164 179	669 689
75 a 79 anos	2 570 686	1 839 631	24 466	353 344	947 089	10 000	169 752	561 265
80 anos ou mais	2 917 391	2 351 671	65 840	544 962	1 016 924	26 618	373 207	782 529
Homens	93 406 990	19 805 367	237 538	2 437 398	12 244 750	172 405	946 289	3 789 918
0 a 4 anos	7 025 701	204 414	10 966	13 615	62 007	7 149	6 091	30 423
5 a 9 anos	7 623 609	585 371	11 203	49 945	319 125	8 932	18 385	101 599
10 a 14 anos	8 727 095	905 501	11 861	84 023	559 843	11 905	26 043	123 606
15 a 19 anos	8 557 608	883 678	12 316	91 141	539 345	13 095	25 127	107 356
15 a 17 anos	5 224 763	534 488	7 232	54 869	327 421	7 693	15 520	65 277
18 e 19 anos	3 332 845	349 189	5 084	36 273	211 924	5 402	9 607	42 079
20 a 24 anos	8 627 665	977 292	14 572	93 804	590 890	15 845	26 543	127 308
25 a 29 anos	8 458 790	1 049 229	17 355	99 676	616 891	15 403	29 422	151 291
30 a 34 anos	7 718 081	1 076 432	17 186	100 062	603 831	15 430	35 579	170 210
35 a 39 anos	6 767 177	1 101 613	15 469	103 265	612 402	13 435	38 768	190 563
40 a 44 anos	6 319 971	1 560 642	15 088	158 526	1 016 168	12 139	46 693	229 436
45 a 49 anos	5 692 722	2 051 993	14 360	234 504	1 477 345	9 122	52 527	268 472
50 a 54 anos	4 825 839	2 074 495	13 424	254 354	1 475 568	8 953	65 722	318 749
55 a 59 anos	3 912 544	1 843 384	13 217	237 719	1 253 680	7 795	72 209	345 866
60 a 64 anos	3 033 130	1 541 658	12 159	209 839	988 008	6 224	79 405	352 352
65 a 69 anos	2 224 862	1 255 930	10 942	184 772	756 586	6 135	82 784	345 276
70 a 74 anos	1 675 553	1 046 548	11 127	173 494	587 242	5 239	89 121	336 161
75 a 79 anos	1 089 024	755 860	11 069	141 432	391 289	4 826	87 561	265 684
80 anos ou mais	1 127 619	891 330	25 222	207 226	394 531	10 777	164 309	325 566
Mulheres	97 348 809	25 800 681	268 839	3 619 135	16 966 732	171 801	852 678	3 784 228
0 a 4 anos	6 781 032	180 889	9 968	11 093	60 574	6 445	4 905	24 030
5 a 9 anos	7 344 159	561 998	10 204	47 774	351 675	7 561	13 592	83 326
10 a 14 anos	8 440 040	1 021 229	12 197	91 153	727 129	10 473	19 870	111 866
15 a 19 anos	8 429 180	1 133 851	12 141	104 352	817 950	11 741	19 438	112 468
15 a 17 anos	5 129 102	684 119	7 244	62 626	494 197	6 680	11 923	68 107
18 e 19 anos	3 300 078	449 732	4 897	41 726	323 753	5 061	7 515	44 360
20 a 24 anos	8 613 199	1 238 507	15 235	116 767	882 180	14 746	22 253	127 801
25 a 29 anos	8 644 127	1 327 710	18 504	132 775	923 554	15 742	24 070	137 676
30 a 34 anos	8 026 535	1 371 254	17 800	135 347	919 291	15 108	28 316	155 622
35 a 39 anos	7 121 014	1 489 229	16 877	155 359	992 145	13 318	31 557	172 222
40 a 44 anos	6 688 525	2 236 509	16 078	279 609	1 625 959	11 704	38 843	215 542
45 a 49 anos	6 141 925	2 711 498	16 872	382 591	2 003 729	9 601	45 102	260 953
50 a 54 anos	5 308 482	2 630 634	14 760	400 878	1 861 663	8 455	54 236	306 977
55 a 59 anos	4 371 889	2 326 801	14 851	367 667	1 565 887	7 726	58 379	322 221
60 a 64 anos	3 470 156	1 982 617	13 696	317 926	1 270 640	7 043	61 617	334 424
65 a 69 anos	2 627 927	1 638 764	13 116	273 250	991 660	5 790	64 352	333 028
70 a 74 anos	2 069 185	1 405 080	12 524	252 948	794 503	5 332	75 059	333 528
75 a 79 anos	1 481 662	1 083 770	13 397	211 911	555 800	5 174	82 191	295 581
80 anos ou mais	1 789 772	1 460 341	40 618	337 736	622 393	15 842	208 898	456 964

Tabela 5 – População residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010. (continua)

Sexo e grupos de idade	População residente				
	Tipo de deficiência				
	Motora			Mental / intelectual	Nenhuma dessas deficiências (3)
	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade		
Total	734 421	3 698 929	8 832 249	2 611 536	145 084 976
0 a 4 anos	57 388	23 189	60 495	64 977	13 419 477
5 a 9 anos	30 152	27 723	81 772	137 140	13 818 227
10 a 14 anos	30 396	34 179	108 120	189 149	15 237 845
15 a 19 anos	28 334	36 892	126 464	186 291	14 966 031
15 a 17 anos	16 974	22 413	73 681	113 474	9 133 549
18 e 19 anos	11 360	14 479	52 783	72 817	5 832 482
20 a 24 anos	29 728	45 942	163 937	188 606	15 016 938
25 a 29 anos	30 111	59 513	214 933	191 943	14 715 518
30 a 34 anos	30 249	84 790	292 220	194 724	13 287 819
35 a 39 anos	27 383	117 304	372 978	185 380	11 290 507
40 a 44 anos	28 102	169 095	535 289	199 102	9 205 527
45 a 49 anos	27 529	245 678	712 135	195 654	7 066 676
50 a 54 anos	29 657	331 081	890 583	183 474	5 425 649
55 a 59 anos	32 728	378 372	975 820	157 493	4 111 740
60 a 64 anos	34 945	382 901	981 815	125 996	2 977 236
65 a 69 anos	40 186	371 513	914 327	96 769	1 957 073
70 a 74 anos	49 565	389 803	848 985	88 423	1 292 634
75 a 79 anos	58 577	365 769	676 582	81 905	730 605
80 anos ou mais	169 392	635 183	875 794	144 510	565 475
Homens	342 527	1 372 177	3 264 913	1 409 597	73 558 248
0 a 4 anos	30 202	11 885	32 440	37 159	6 820 525
5 a 9 anos	16 278	15 446	43 122	85 602	7 037 101
10 a 14 anos	16 770	18 371	52 840	116 301	7 820 326
15 a 19 anos	16 023	19 356	54 029	114 085	7 672 216
15 a 17 anos	9 528	11 466	31 365	69 481	4 689 526
18 e 19 anos	6 495	7 890	22 664	44 604	2 982 690
20 a 24 anos	16 582	25 009	74 566	114 635	7 644 341
25 a 29 anos	16 924	30 744	96 251	115 235	7 401 409
30 a 34 anos	16 901	41 111	123 412	113 833	6 635 050
35 a 39 anos	14 909	52 524	149 126	103 810	5 660 673
40 a 44 anos	14 978	72 377	203 050	106 138	4 755 388
45 a 49 anos	14 858	97 471	252 182	100 700	3 637 563
50 a 54 anos	15 530	123 993	306 585	91 686	2 749 122
55 a 59 anos	17 047	139 075	342 714	79 150	2 067 714
60 a 64 anos	17 795	137 719	347 305	61 513	1 490 408

65 a 69 anos	19 511	127 675	326 040	46 830	968 391
70 a 74 anos	22 952	132 265	305 365	40 601	628 795
75 a 79 anos	23 440	120 953	243 195	34 392	333 000
80 anos ou mais	51 830	206 205	312 693	47 927	236 225
Mulheres	391 894	2 326 752	5 567 335	1 201 938	71 526 728
0 a 4 anos	27 186	11 304	28 055	27 818	6 598 952
5 a 9 anos	13 874	12 277	38 650	51 537	6 781 125
10 a 14 anos	13 626	15 809	55 279	72 847	7 417 519
15 a 19 anos	12 311	17 536	72 435	72 206	7 293 814
15 a 17 anos	7 446	10 947	42 317	43 993	4 444 023
18 e 19 anos	4 865	6 589	30 119	28 213	2 849 792
20 a 24 anos	13 145	20 933	89 371	73 971	7 372 596
25 a 29 anos	13 187	28 769	118 682	76 708	7 314 108
30 a 34 anos	13 349	43 680	168 808	80 891	6 652 769
35 a 39 anos	12 474	64 781	223 853	81 570	5 629 834
40 a 44 anos	13 124	96 718	332 239	92 964	4 450 139
45 a 49 anos	12 671	148 207	459 954	94 954	3 429 113
50 a 54 anos	14 127	207 088	583 998	91 788	2 676 527
55 a 59 anos	15 681	239 297	633 106	78 343	2 044 026
60 a 64 anos	17 151	245 182	634 510	64 482	1 486 828
65 a 69 anos	20 676	243 839	588 287	49 939	988 682
70 a 74 anos	26 614	257 538	543 620	47 822	663 839
75 a 79 anos	35 137	244 816	433 387	47 512	397 605
80 anos ou mais	117 562	428 978	563 101	96 584	329 250

Fonte: IBGE (2010).

(1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

(2) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências.

(3) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência

Tabela 5 – População residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010. (conclusão)

Em relação à proporção de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, aqui também em razão dos grupos três grandes grupos de idade, como apresentado no Censo de 2000, e que é o padrão adotado pelo IBGE na análise dos resultados, constatou-se que 7,5% das crianças de 0 a 14 anos de idade apresentaram pelo menos um tipo de deficiência. Para a população de 15 a 64 anos de idade a prevalência de pelo menos uma das deficiências investigadas foi de 24,9%. E para a população de 65 anos ou mais de idade a prevalência de pelo menos uma das deficiências investigadas foi de 67,7%, perfazendo, em seu total, mais da metade desta população (Gráfico 5).

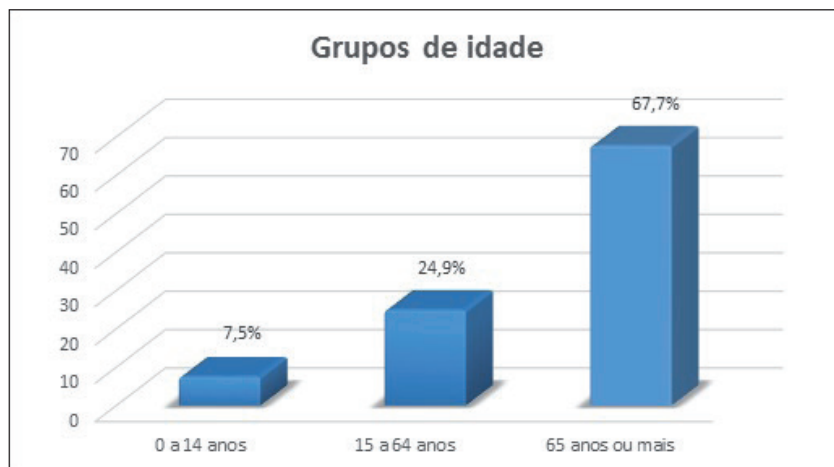


Gráfico 5 – Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo os grandes grupos de idade – Censo 2010.

Fonte: IBGE (2010).

Estes números são bastante semelhantes aos registrados pelo Censo de 2000 no que diz respeito à diferença percentual entre os grupos de idade para a prevalência de pelo menos uma das deficiências investigadas. Contudo, é verificado um aumento da incidência de pelo menos uma das deficiências investigadas em todos os grupos de idade. Não obstante, como naquele Censo, esse aumento proporcional da prevalência de deficiência em relação à idade, faz-se seguro dizer, advém das limitações impostas pelo fenômeno do envelhecimento, situação para a qual há uma perda gradual da acuidade visual e auditiva, assim comotambém da capacidade motora do indivíduo (IBGE, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse mapeamento empírico é possível destacar certo avanço em termos de investigação e abordagem da deficiência. Os censos realizados no Brasil alternaram em informações investigadas e detalhamento da deficiência ao longo dos períodos. As mudanças verificadas nos recenseamentos acompanharam a evolução conceitual de deficiência. Essa evolução foi ajustada mediante conquistas sociais na área do direito à vida e à igualdade de condições, dapolítica de acessibilidade e ainda do interesse pela qualidade de vida das pessoas com deficiência.

É preciso reconhecer esses avanços e as mudanças sociais que legitimam essa evolução. Mas é preciso também saber que essa evolução não assegura, ainda, que as pessoas com deficiência estejam plenamente acolhidas pela defesa dos seus direitos. Neste sentido, é um segmento que carece de contínua análise crítica, inclusive de outros elementos que interferem no planejamento e assistência a essa parcela da sociedade, que frequentemente não é amparada pelo Estado.

Em síntese, o foco principal desta revisão foi verificar a atenção dada às pessoas com deficiência, identificando, durante o decorrer dos tempos, como foram tratadas pelos instru-

mentos de levantamento populacional; lembrando que estes instrumentos inferem dados para políticas públicas e ações sociais.

A atenção mais sistematizada veio a partir de mudanças conceituais a respeito da deficiência, sobretudo com o modelo social da deficiência. Conjuntamente a essas mudanças, mudou também o olhar sobre as deficiências; e vem mudando a respeito das pessoas com deficiência.

Essa mudança de olhar também permitiu compreender que o universo das deficiências é bem mais amplo que anteriormente se enxergava.

Esse novo prisma ainda encerra dois aspectos importantes: a sociedade é responsável – ao não se adequar às desigualdades – pela criação social da deficiência; e é também responsável por garantir a acessibilidade de 45.606.048 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9% da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, I. E. C. *Recenseamento de 1920 - 4o. Censo geral da população do Brasil, 1o. da agricultura e das indústrias e 11o. da população da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1923.

_____. *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: TYP da Estatística, 1928.

CHAGAS, A. M. D. R.; VIOTTI, R. B. *Retrato da pessoa com deficiência no Brasil segundo o Censo de 1991*. Brasília, DF: IPEA, 2003.

IBGE. *Recenseamento geral do Brasil - 1940*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

IBGE. *Censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas-IBGE, 1992.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios - acesso e utilização de serviços de saúde 1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. *Censo demográfico 2000 - características gerais da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. *Tendências demográficas - uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios - suplemento saúde, 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. *Censo demográfico 2010 - características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

MORRIS, J. Impairment and disability: constructing an ethics of care that promotes human rights. *Hypatia*, v.16, n.4, p.1-16, 2001.

NERI, M. et al. *Retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

Recebido em: 19/12/2013

Reformulado em: 01/03/2015

Aprovado em: 03/03/2015

